

## O direito ao dano moral coletivo nos acidentes ocorridos em Minas Gerais: uma análise sob o prisma ambiental

---

Para ler o TCC na íntegra, [clique aqui](#)

---

### Autores

Julia Costa de Barros

### Orientação

Juliana Giovanetti Pereira da Silva

## Resumo

O presente estudo tem como objetivo abordar o dano moral na esfera coletiva, e sua proteção como direito fundamental. A princípio será explorado o surgimento do instituto dano moral coletivo, bem como o da a ação civil pública, institutos esses que são aplicados para resguardar os interesses difusos, será abordado também a forma como foi introduzido e aceito pela doutrina e jurisprudência. Posteriormente serão analisados como a Constituição Federal de 1988 ao estabelecer o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental impactou a sociedade, que passou a ter garantias para uma vida humana digna, tornando possível uma ação para pleitear danos morais coletivos quando houver uma violação a preceitos fundamentais, fato esse que ocorreu recentemente nos acidentes no Estado de Minas Gerais com as barragens de Mariana e Brumadinho.

**Palavras-chave:** Dano moral coletivo. Direito fundamental. Reparação. Direitos difusos. Mariana. Brumadinho.

## A morosidade judicial na destituição do poder familiar nos processos de adoção e a não observância dos princípios da proteção integral e do melhor interesse da criança

---

Para ler o TCC na íntegra, [clique aqui](#)

---

### Autores

Noêmia Valadares Sales  
Silva

### Orientação

Cíntia Regina Portes

## Resumo

O presente trabalho tem como base de seu desenvolvimento a triste realidade vivenciada em nosso país no que se refere ao processo de destituição do poder familiar e da morosidade do poder estatal em finalizar o procedimento, ocasionando excessiva demora e consequentes atrasos nos processos de adoção, o que resulta em crianças e adolescentes permanecendo muito mais tempo nas instituições de acolhimento, em total afronta ao princípio constitucional do melhor interesse e de sua proteção integral. Nesse sentido, abordam-se os vários procedimentos judiciais adotados dentro do processo de destituição do poder familiar, buscando demonstrar o lado negativo do excesso de burocracia e requisitos legais para que efetivamente crianças e adolescentes possam vivenciar o direito a um lar de amor e afeto.

**Palavras-chave:** destituição do poder familiar; adoção; morosidade processual, princípio da proteção integral.